

companhia, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associações com ou sem personalidade jurídica.

2 Base de preparação - 2.1 Base de apresentação - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela administração em 15 de maio de 2015. **2.2 Base de mensuração** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e às premissas incluem, entre outros, o valor residual, a vida útil estimada do ativo imobilizado e a provisão para redução ao valor recuperável. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, em que os critérios são revistos de maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis - As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Base de Consolidação** - As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir, em conformidade com o CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas. As políticas contábeis de suas controladas estão alinhadas às políticas adotadas pela Companhia. Os investimentos nas demonstrações financeiras individuais da controladora são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial. *Transações eliminadas na consolidação* - Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida 24. Perdas não realizadas são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável

Controladas e Investidas

	Porcentagem de participação	
	2014	2013
Eólica Mangue Seco I	51%	51%
Alubar Embuaca Energia Eólica S.A.	75%	75%
Alubar Morro Branco Energia Eólica S.A.	-	75%
AETE Amazônia Eletronorte Transmissão de Energia	10,76%	10,76%
Alubar Óleo e Gás S/A	10%	-

Durante o exercício de 2014 houve a Incorporação da Alubar Morro Branco na empresa Alubar Embuaca, que teve como objetivo reduzir os custos operacionais e administrativos, visando à otimização da estrutura, considerando que a Incorporadora e a Incorporada tinham atividades semelhantes e pertencem ao mesmo grupo econômico. *Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial - Impairment* - Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros não derivativos - (i) Ativos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece os empréstimos e os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, se tem o direito legal de compensar os valores e se tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis. *Empréstimos e recebíveis* - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos

inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos. *Caixa e equivalentes de caixa* - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. *Contas a receber de clientes* - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, se aplicável. Uma provisão para redução ao valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras do devedor, probabilidade de insolvência e outros fatores indicativos da deterioração do crédito são considerados em análises individuais e em análises de grupos de ativos de risco semelhante. **(ii) Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. **c. Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. **d. Apuração do resultado** - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e considera os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, incidentes sobre passivos. As receitas de vendas estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos e os descontos incidentes sobre estas, os quais estão apresentados como contas redutoras de receitas. A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas e as despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica "Receitas/despesas financeiras". **e. Impostos a recuperar** - Os impostos a recuperar são compostos de créditos oriundos das retenções apuradas nas atividades operacionais da Companhia, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza. **f. Investimentos** - Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e/ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial. As distribuições de dividendos recebidas de investidas e controladas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. Eólica Mangue Seco I –Equivalencia Patrimonial - AETE Amazônia Eletronorte Transmissão de Energia (“Amazônia Eletronorte” – Equivalencia Patrimonial). Alubar Óleo e Gás S.A. – Investimento avaliado ao valor de custo. Alubar Embuaca Energia Eólica S.A. (“Embuaca”) – Investimento avaliado ao valor de custo. **g. Imobilizado - Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: O custo de materiais e mão de obra direta. Quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis estas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. *Gastos subsequentes* - Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. *Depreciação* - Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em

que são instalados e estão disponíveis para uso, ou, em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores	05 anos
Aerogeradores	20 anos
Linhas de transmissão	20 anos
Construções civis	20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento do exercício financeiro, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e para a Eólica Mangue Seco I a Nota Técnica nº 368/2010, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL. **h. Passivos circulante e não circulante** - Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida desses ajustes é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. **i. Benefícios a empregados** - As obrigações são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. **j. Imposto de renda e contribuição social** - Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia e suas controladas são optantes pelo regime de lucro presumido. Para essa Companhia e suas controladas, as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social são baseadas no lucro estimado apurado à razão de 8% e 12% sobre as receitas brutas, respectivamente, sobre o qual se aplicam as alíquotas nominais do respectivo imposto e da contribuição. As alíquotas de imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e 9%, respectivamente, após aplicação das alíquotas de presunção. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. **k. Dividendos** - A proposta de distribuição de dividendos próprios efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos a pagar” por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. A proposta de dividendos a receber calculados através dos resultados de equivalência patrimonial dos investimentos é registrada como ativos na rubrica “Dividendos a Receber”. **l. Moeda estrangeira - Transações em moeda estrangeira** - Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras, que são mensurados pelo valor justo, são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. **m. Provisões** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **n. Determinação do valor justo** - Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação, com base nos métodos indicados e divulgados nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **o. Receita operacional** - A receita de serviços prestados é reconhecida com base nas negociações diretas com os clientes de acordo com os contratos firmados. A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais, reivindicações e pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que elas irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. O estágio de